

Câmara discute importância do parto normal e os cuidados com as gestantes

Assunto:

AUDIÊNCIA



Câmara discute importância do parto normal e os cuidados com as gestantes

A Pesquisa

Nacional de Demografia e Saúde de 2006 (PNDS) revelou um aumento de 36,4% para 44% na realização de partos cesáreos no Brasil. As regiões Sudeste e Sul são as que apresentam as maiores taxas, que ficam em torno de 52%. Nas redes privadas ou suplementares, esse percentual chega a 81%. Com essa preocupação, a Comissão de Saúde e Saneamento da Câmara Municipal de Belo Horizonte realizou, no dia 14 de agosto, uma audiência pública para discutir o grande número de partos por cesariana e suas consequências, além dos benefícios do parto normal.

A reunião, que teve início às 9h30, no Plenário Helvécio Arantes, foi solicitada pela vereadora Sílvia Helena (PPS). A parlamentar explicou os motivos da audiência pública, de promover uma discussão a respeito da necessidade de se ampliar o tratamento humanizado à gestante. "É um tema de grande importância para a saúde das cidadãs belo-horizontinas", lembrou.

O parto cesáreo é considerado, muitas vezes, como um facilitador da medicina moderna, mas o aumento do número dessa modalidade preocupa os médicos. A cesariana é uma intervenção cirúrgica, que deve ser feita quando há motivos clínicos para sua realização, como desproporção do tamanho do bebê em relação à pelve, infecção herpética ativa, gestantes diabéticas, posição do bebê invertida, entre outros. Nesse caso, a recuperação da mãe é mais lenta do que em qualquer outro tipo de parto, há maior risco de infecção materna e o bebê pode ter problemas respiratórios.

Já o parto normal ou vaginal tem vantagens sobre a cesariana, pois o corpo da mulher foi preparado para isso. Assim, a recuperação da mãe é muito mais rápida, há menor chance de hematomas ou infecções e menor risco de complicações tanto para ela quanto para o bebê.

Reunião

Durante a audiência, a representante da Comissão Perinatal da Secretaria Municipal de Saúde, Sônia Lansky, disse que o índice de cesariana no Brasil é um dos mais altos do mundo, sendo grande a incidência de nascimentos por cesariana no Município de Belo Horizonte. “Esse tipo de procedimento é feito de forma arbitrária, em decorrência da pressa do obstetra e da ansiedade da parturiente, que não conseguem esperar pelo curso natural de um parto”, lembrou.

Márcia Rovená, representante da Secretária Estadual de Saúde, afirmou que há um controle de cesarianas, determinado pelo Ministério da Saúde e que estabelece limites percentuais máximos dessa modalidade em relação ao número total de partos a serem realizados pelos hospitais. “É preciso incrementar o papel regulador das Secretarias de Saúde, em relação a assistência ao parto, no esforço coletivo para reduzir as taxas de mortalidade materna e perinatal, diminuindo a prática do parto cirúrgico”, ressaltou.

“A cesariana é uma agressão para o organismo feminino, pois implica no corte de tecidos, a invasão de cavidades que, normalmente, seriam respeitadas, e a submissão da paciente ao impacto de uma anestesia”. Esta foi a afirmativa de Virgílio Queiroz, da Coordenação da Atenção à Mulher da Secretaria Municipal de Saúde, alertando para o risco do choque anafilático.

De acordo com a presidente da Associação Brasileira de Obstetrícia e Enfermagem Obstetra de Minas Gerais, Míriam Rego de Castro Leão, o combate à epidemia de cesarianas implica na defesa da vida da mulher e da criança. “Existe uma cultura de que a cesariana é um procedimento cirúrgico que não implica riscos, que é alimentada por aspectos como a falta de incentivo para o médico realizar o parto normal”, afirmou.

Apoio

José Avilmar Mendes da Silva, representante da Sociedade Mineira de Ginecologia e Obstetrícia, manifestou a intenção da Sociedade Mineira de Ginecologia e Obstetrícia de apoiar os projetos de estímulo ao parto normal e de melhoria da assistência à mulher e à criança. Vera Cristina Bonazi, representante do Conselho Regional de Enfermagem (COREN/MG), também reafirmou o apoio da instituição ao movimento de promoção do parto normal.

Segundo o conselheiro Warlei Torezani, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é preciso discutir a situação dos profissionais envolvidos com a saúde, que hoje assumem mais a função de cuidador de doentes do que de profissionais da saúde. “A promoção do parto normal garante o direito da criança à proximidade com a mãe desde o momento do nascimento”, disse o conselheiro. Torezani ressaltou a necessidade de o poder público promover políticas de saúde e educação que permitam a mudança de hábitos das pessoas em relação à gestação e ao parto.

Entre os dias 20 e 22 de agosto acontece em Belo Horizonte o seminário “BH pelo Parto Normal ? paradoxo perinatal brasileiro: mudando paradigmas para a redução da mortalidade materna e neonatal?”. O evento acontece na Associação Médica de Minas Gerais e conta com o apoio da Área Técnica de Saúde da Mulher e Área Técnica de Saúde da Criança (Decit) do Ministério da Saúde; Agência Nacional de Saúde; Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais; Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia de Minas Gerais; Sociedade Mineira de Pediatria; Associação Médica de Minas Gerais; Sindicato dos Médicos; e Associação Brasileira de Enfermagem Obstétrica /MG.

Informações no gabinete da vereadora Sílvia Helena (3555-1196/1197).

Data publicação:

Domingo, 17 Agosto, 2008 - 00:00
